

**“A BARRIGA FOI CRESCENDO, AÍ EU PAREI DE ESTUDAR”:  
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ABANDONO ESCOLAR DE  
MULHERES DA EJA**

**"MY BELLY WAS GROWING, THEN I STOPPED STUDYING": TEENAGE  
PREGNANCY AND SCHOOL DROPOUT OF EJA WOMEN**

**Renata Moraes Serafim**

Mestranda em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC), Alegre-ES, [rmserafimbio@gmail.com](mailto:rmserafimbio@gmail.com)

**Mirian Béccheri Cortez**

Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Vitória-ES, [mirianbcz@gmail.com](mailto:mirianbcz@gmail.com)

**Odacyr Roberth Moura da Silva**

Doutorando em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Programa Cognição e Linguagem, Campos dos Goytacazes-RJ, [odacyrroberth@gmail.com](mailto:odacyrroberth@gmail.com)

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre evasão escolar e gravidez na adolescência na perspectiva de alunas da EJA. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, descritivo, de corte transversal, baseado no relato de três mulheres estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos. O instrumento utilizado foi uma entrevista narrativa seguido de um roteiro semiestruturado de entrevista. Para a organização dos dados utilizou-se o método fenomenológico para investigação psicológica. Os resultados indicam que as participantes compreendem sua gravidez precoce como o principal fator para o abandono escolar antes da conclusão dos estudos. Percebe-se, contudo, que essa evasão não deriva necessariamente da gravidez, mas da fragilidade da rede de apoio da qual essas adolescentes faziam parte, destacando-se a rigidez do comportamento dos

responsáveis legais, a hipossuficiência socioeconômica ou o reduzido comprometimento do pai da criança.

**Palavras-chave:** Evasão Escolar; Adolescência; Gravidez; Educação de Jovens e Adultos.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study was to analyze the relationship between school dropout and teenage pregnancy from the perspective of Young Adults Education (EJA) students. This is a qualitative, exploratory, descriptive, cross-sectional study. Three women, over eighteen years old, participated in the research, who declared they had dropped out of school due to teenage pregnancy. The sampling was intentional and delimited, based on the criterion of internal diversification and empirical saturation. The instrument used was a narrative interview followed by a semi-structured interview script. For the organization of the data, the phenomenological method was used for psychological investigation. Conclude that all participants stopped studying due to teenage pregnancy. It is expected that the data of this research can serve to support actions that collaborate to reduce school dropout due to early pregnancy, through the production of awareness and sensitization content for students who didn't have this experience.

**Keywords:** Adolescent pregnancy; school dropout; Young Adults Education.

## **INTRODUÇÃO**

A adolescência é uma fase caracterizada por inúmeras transformações sociais, culturais, biológicas, emocionais e físicas que perpassam o indivíduo. Enquanto para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência é o período da vida compreendido entre os 10 e os 19 anos, para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ela vai dos doze aos dezoito anos de idade (BRASIL, 1990, p. 247).

Apesar da necessidade legal de uma delimitação etária, alguns autores, rompendo com a rigidez da temporalidade, têm se debruçado sobre os desdobramentos dos processos do adolecer, tanto em uma perspectiva desenvolvimentista – que entende a adolescência como uma etapa do desenvolvimento humano, um período de transição derivado de mudanças biológicas e hormonais – quanto em uma perspectiva histórica e social – que coloca em cheque a alegada naturalidade e universalidade da adolescência (GOMES, 2014). Em ambas as perspectivas, porém, a sexualidade ocupa posição privilegiada no debate sobre o fenômeno.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a sexualidade é algo

que está intrinsecamente relacionada à natureza humana, e possui um papel de destaque na constituição psíquica das pessoas, estando presente ao longo de todo processo de desenvolvimento humano (BRASIL, 1997). Para Silva (2019), o desenvolvimento da sexualidade não se dá em um vácuo social, muito pelo contrário, ele é marcado tanto por aspectos comuns ao coletivo (como fatores sociais, políticos, culturais, éticos, legais e históricos), quanto por aspectos particulares (como fatores biológicos, psicológicos, econômicos e religiosos), produzindo estes aspectos um resultado específico em cada indivíduo.

O pensamento da autora corrobora com o apresentado pelos PCN em relação à necessidade de inserir e abordar o tema na escola. Essa inserção, contudo, é historicamente permeada por preconceitos e tabus, derivados do conjunto de regras que compõem o padrão de comportamento sexual hegemônico, ou seja, regras que orientam o modo como cada sociedade espera que a sexualidade dos seus indivíduos se construa. Contudo, com o advento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, surge indícios de um contrassenso no modo como a educação sexual deve ser abordada pelas escolas, pois, ao contrário do entendimento contido na LDB e nos PCN, a BNCC apresenta a sexualidade somente na seção destinada para área da ciência da natureza, como componente curricular Ciências, restrita ao 8º ano, e ausentes nas demais áreas de conhecimento, vinculando somente à saúde e a qualidade de vida:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária (...). Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde (BRASIL, 2017, p. 325).

Para Alves e Brandão (2009), o fato de restringir a educação sexual somente à esfera biológica se torna preocupante uma vez que a primeira relação sexual entre os jovens tem ocorrido cada vez mais cedo e aspectos socioculturais têm contribuído para essas atividades acontecerem precocemente. Ballone (2004) reforça que, dentre as inúmeras variáveis relacionadas à gravidez na adolescência, uma delas tem chamado

bastante a atenção: adolescentes que iniciam a vida sexual mais cedo e engravidam, em grande parte dos casos, têm pais que apresentam a mesma trajetória. Desta forma, a autora conclui que o início da atividade sexual está intrinsecamente relacionado ao contexto familiar onde estes adolescentes estão inseridos.

A gravidez na adolescência é considerada em alguns países da África, Ásia e América Latina um problema de saúde pública, uma vez que podem “acarretar complicações obstétricas, com repercussões para a mãe e o recém-nascido, bem como problemas psicossociais, familiares e econômicos” (YAZLLE, 2008, p.10). O surgimento da gravidez pode trazer limitação ao trabalho e ao estudo de qualquer mulher, além de ocasionar alterações psicológicas. Ocorrendo essa gravidez na adolescência, estas implicações tornam-se ainda mais delicadas e complexas, devido ao nível cognitivo e emocional em que essa adolescente se encontra, sobretudo quando falta apoio financeiro e afetivo do parceiro e da família. Segundo Moreira et al., “essas alterações que ocorrem na gravidez na adolescência podem interferir na qualidade de vida e podem levar à interrupção de projetos e/ou da própria vida” (2013 p. 68).

Com a evolução do conhecimento científico sobre o funcionamento do corpo e a disseminação desse conhecimento, aliado à ampliação das liberdades individuais, a sexualidade vem deixando de ser tabu e passando a fazer parte das discussões cotidianas, sendo sua prática cada vez mais naturalizada. De acordo com Hugo et al (2011), a primeira relação sexual tem sido cada vez mais cedo entre os adolescentes. Os autores identificaram, em seu estudo que a idade média de primeira relação sexual para o sexo masculino era de 14 anos e para o sexo feminino, 15 anos.

Em alguns casos, a adolescente grávida faz a união com o pai da criança, crendo ser a solução ideal, e assume uma série de obrigações e responsabilidades comumente impostas socialmente a mulher (com o lar, com o esposo e com o filho recém-nascido). Diante de uma união prematura advinda de uma gravidez não planejada, a falta de maturidade dos novos pais, a ausência ou precariedade de suporte social/familiar podem contribuir de modo negativo com o amadurecimento do casal e da nova família, abrindo espaço para conflitos e desencontros no relacionamento.

Por outro lado, não é incomum a paternidade (biológica e de fato) não ser assumida pelo pai e/ou pela família paterna em casos de gravidez não planejada, o que torna a rede de apoio da gestante adolescente ainda mais restrita ao longo da gestação, do pós-parto e demais fases de cuidados parentais. O abandono paterno durante a gestação é questão delicada que exige estudos e debates particulares, dada sua complexidade. É uma das condições que restringem a rede de apoio e afeto da gestante e que impactam na decisão

da mulher quanto à continuidade ou não da gestação.

O medo da gravidez leva muitas adolescentes a buscarem o aborto clandestino. Santos et al (2013) mostram que o aborto clandestino no Brasil ocorre com maior frequência entre mulheres de baixa escolaridade, não brancas (pretas/pardas) e que possuem mais de um filho vivo. Brandão et al (2020, p. 02) apontam que a ocorrência do abortamento se dá no Brasil em todas as regiões, raças, classes sociais, níveis de formação escolar e crenças religiosas, mas apontam que “o perfil das mulheres que abortam acentua que elas são, majoritariamente, jovens, de baixa escolaridade e renda, negras, pardas ou indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do país”.

Mesmo com a existência de ações voltadas para a prevenção da gravidez na adolescência, os serviços e ações nesse campo não tem muito êxito, o que tem colaborado para o aumento do número de adolescentes nestas condições. Soma-se à eficácia parcial dessas ações, as precárias condições socioeconômicas das adolescentes, o baixo grau de informação e escolaridade, múltiplas dimensões da pobreza, dificuldade de acesso à informação e direitos humanos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2011), dos 4 milhões de abortos praticados no Brasil, 1 milhão ocorrem entre adolescentes. Em consequência da realização tão precoce do abortamento, muitas delas ficam estéreis e cerca de 20% morrem em decorrência do procedimento em condições inadequadas (OMS, 2017).

A gravidez na adolescência traz consequências para a mulher que será uma futura mãe e para os familiares. Além do despreparo emocional, em muitas famílias também está presente a vulnerabilidade socioeconômica, que pode levar a consequências como o abandono da escola, dos filhos recém-nascidos, do lar, chegando ao extremo de conduzir à perda da própria vida. De acordo com o relatório “Situação da População Mundial 2013”, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2013, p.10):

(...) Todos os dias, nos países em desenvolvimento, 20 mil meninas com menos de 18 anos dão à luz e 200 morrem em decorrência de complicações da gravidez ou parto. Em todo o mundo, 7,3 milhões de adolescentes se tornam mães a cada ano, das quais 2 milhões são menores de 15 anos – número que podem aumentar 3 milhões até 2030.

Neste sentido, a proposta deste trabalho é analisar, na perspectiva de alunas da EJA, a relação entre evasão escolar e gravidez na adolescência, tendo como objeto de estudo mulheres que estudam na Educação Jovens e Adultos de uma escola pública. Para tanto, pretende-se conhecer os acontecimentos que marcam a vida dessas pessoas no contexto social, educacional e psicológico antes, durante e após a ocorrência da gravidez.

## **METODOLOGIA**

Foi adotada nesta investigação uma abordagem qualitativa. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de corte transversal. O estudo foi realizado em uma escola estadual, situado em um município no interior do Espírito Santo, Brasil.

As participantes deste estudo foram discentes do Ensino Médio da EJA, do sexo feminino, acima de 18 anos, que interromperam seus estudos em decorrência de uma gravidez na adolescência. A amostragem utilizada foi intencional, composta por 3 participantes. A realização da entrevista com este quantitativo de participantes foi suficiente para trazer informações relevantes capazes de responder aos objetivos da pesquisa.

Após a avaliação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Parecer n. 4.221.763, aprovado conforme Resolução do CNS n. 510 de 2016), foi solicitada autorização para a realização da pesquisa à direção da escola. Após o deferimento, foi realizado encontro com os gestores da escola para explicitar os objetivos da pesquisa e definir questões práticas relativas à coleta de dados.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi dividido em dois momentos. O primeiro apresentou como inspiração os pressupostos metodológicos da entrevista narrativa (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013), enquanto o segundo teve como base um roteiro semiestruturado de entrevista (MANZINI, 2012).

Foram considerados respondentes as mulheres que, conhecendo os objetivos da pesquisa, concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e participaram da entrevista, respondendo, em conformidade com seu conhecimento, as questões que lhe foram dirigidas. As entrevistas foram realizadas individualmente, em ambientes que permitiram tranquilidade e sigilo e foram registradas eletronicamente como auxílio de um gravador de voz digital.

Às entrevistadas resguardou-se o direito de recusar a responder alguma questão que causasse desconforto, constrangimento ou simplesmente que não soubessem ou quisessem responder. Além dos objetivos da pesquisa, as participantes estiveram cientes dos benefícios previstos com a realização do estudo, do incômodo que algumas questões eventualmente poderiam gerar e da garantia do anonimato.

Os dados coletados na entrevista foram transcritos e posteriormente analisados com o método fenomenológico, que segundo Gomes (1989, p. 102),

busca descobrir na realidade em foco os padrões constitutivos e estáveis, e suas variações transitórias ou periféricas. Sua confirmação enquanto análise está na habilidade de estabelecer e captar um sentido dialogal entre pessoas que compartilham, momentaneamente, interseções vivenciais. Suas contribuições não

se restringem ao descritivo, mas abarcam indicações de transferibilidade se ações se fazem necessárias.

As respostas relacionadas à escolarização e ao processo educacional foram sistematizadas a partir de uma análise realizada em três etapas: pré-análise, exploração do material (codificação) e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Os resultados serão apresentados em forma de descrição cursiva, sendo acompanhados de unidades de registros significativas como exemplo em cada história relatada.

## RESULTADOS

A tabela 1 foi elaborada com o intuito de apresentar uma caracterização geral das entrevistadas. Com base em preceitos da ética em pesquisa com humanos, foram utilizados nomes fictícios para garantir o anonimato das participantes.

**Tabela 1: Conhecendo as participantes**

	<b>MÁRCIA</b>	<b>CARLA</b>	<b>LAURA</b>
Idade	22 Anos	31 Anos	41 Anos
Primeira relação sexual	13 Anos	14 Anos	15 Anos
Idade quando o 1º filho nasceu	14 Anos	14 Anos	17 Anos
Idade do pai, quando as participantes engravidaram	16 Anos	22 Anos	17 Anos
Situação conjugal atual	Solteira	Solteira	Casada
Cor das participantes	Preta	Preta	Parda
Idade do 1º filho	7 Anos	18 anos	23 Anos
Recebeu ajuda financeira do Pai do filho?	Sim	Não	Sim
Conhecia algum método contraceptivo à época da gravidez?	Sim	Não	Não

Fonte: Pesquisa de campo

## RELATO LAURA – 41 ANOS

Laura nasceu em 1978, no interior de João Neiva, sendo a filha mais velha de uma família de três filhos. Quando adolescente, tinha a responsabilidade de cuidar dos dois irmãos mais novos, além de cuidar da casa e ainda trabalhar de doméstica. Começou a namorar aos 13 anos de idade. Aos 17 anos, após quase 4 anos de namoro, engravidou do seu namorado. Sua mãe “não conversava” sobre sexo, “não explicava como é que era”. Nem Laura nem seu namorado receberam instruções sobre sexo, gravidez, e tampouco tinham experiência, já que ambos estavam pela primeira vez em um relacionamento. Depois que engravidou, permaneceu por um tempo na casa dos pais e continuou a trabalhar como doméstica em casa de família. Aos poucos, foi se afastando da escola devido a gravidez e as responsabilidades de casa:

Aí eu parei de estudar, a barriga foi crescendo e eu fui ficando gordinha, muito cansada. Eu trabalhava fora, chegava em casa, morava ainda com os meus pais, eu tinha que fazer as coisas, fazer janta cuidar da casa, depois sair pra escola. Ainda levei isso um tempão ainda, depois eu desisti.

Após certo tempo, pressionou o então namorado – hoje esposo – a morarem juntos. Com o nascimento da filha, parou de trabalhar fora e passou a cuidar somente dela e do esposo. Embora permanecesse a vontade de voltar a estudar, 11 anos depois engravidou novamente, adiando o desejo de retorno aos estudos. Ela só conseguiu retornar à escola mais de 20 anos após a primeira gravidez:

Minha vida foi pra criar eles, pra cuidar dela e quando ela tava maiorzinha, ela chorava pra eu não ir trabalhar, ficava chorando e eu com pena, olhava pra trás e ficava hoje não vou trabalhar não, vou ficar com ela. Ela chorava não queria que eu sáisse da bera dela, ela era muito agarrada a mim.

Tanto a Laura quanto o seu namorado desconheciam sobre os métodos contraceptivos. Os pais não tinham diálogo. Hoje com ela encontra-se casada com o mesmo homem que relacionou sexualmente desde a primeira vez. Possui dois filhos, uma menina de 23 anos e um menino de 8 anos. Afirma que é importante ter aulas sobre educação sexual nas escolas para ajudar na sensibilização dos jovens. Deseja terminar o EJA para assim fazer algum curso no futuro, pois agora os filhos encontram-se maiores e menos dependente.

## RELATO CARLA – 32 ANOS

Carla nasceu em 1987 e residia no interior de João Neiva com seus pais e uma irmã mais nova. Sua mãe era muito rígida e, embora nunca falasse sobre sexo com a filha, não permitia que ela saísse ou namorasse, temendo que ela fizesse “coisa errada”. Mesmo assim, ainda na adolescência, começou a namorar escondido, por esse motivo deixava de ir aula para encontrar com o namorado. Aos 14 anos de idade engravidou do seu namorado, sendo expulsa de casa pela mãe em decorrência da gravidez.

Neste tempo, ficou morando na casa de um tio, enquanto se organizava com seu namorado para morarem juntos. Após alguns meses, a mãe pediu que ela voltasse, pois ela também estava grávida e precisaria de alguém para cuidar do outro bebê que acabara de nascer. Carla voltou para a casa da mãe e cuidava do seu irmão mais novo e da sua filha como se ambos fossem seus.

A mãe de Carla “achava ruim” quando o pai da sua neta vinha visitá-la, o que o levou a se afastar gradualmente e não participar da educação da filha.

(...) a minha filha não chegou assim a conhecer o pai dela até hoje. Ela tem 18 anos hoje, e ela quando fez 15 anos, a gente reencontrou ele pelas redes sociais, mas pessoalmente não se conhece.

Não recebeu ajuda financeira do pai da sua primeira filha, por esse motivo começou a trabalhar e abandonou os estudos. Quando sua filha tinha 7 anos, Carla se casou novamente e teve mais 3 filhos. Permaneceu 9 anos com este homem e depois separou-se dele, mantendo-se, todo este período, afastada dos estudos. Hoje vive com os filhos e, após 18 anos longe da escola, voltou a estudar em 2019.

Sua filha passou a ter contato com o pai biológico através das redes sociais e agora ele ajuda financeiramente a filha. O único arrependimento que tem é de não ter podido ter escolhido um pai melhor para filha:

Agora eu me arrependo de não ter dado o pai certo, não ter escolhido o pai certo pra ela, porque ela é uma pessoa muito boa e merecia um pai bem melhor. Mas Deus sabe de todas as coisas e a gente tá vencendo e se Deus quiser a gente vai ser alguma coisa na vida.

É a favor de aulas sobre educação sexual nas escolas, e é contra o aborto. Sexualidade para ela significa afeto e não sexo. Ela tem o sonho de cursar enfermagem, descobriu a afinidade devido ao trabalho de cuidadora de idosos:

Pretendo daqui um tempo fazer um curso de enfermagem que foi uma coisa que me achei porque quando tive minha filha eu parei de estudar e comecei a trabalhar. Trabalhei na casa de muitas pessoas, trabalhei em cerâmica, trabalhei lavando litro e assim eu fazia de tudo pra dar o eu melhor pra ela (...). Ai agora, minhas condições estão um pouco melhor, eu consigo trabalhar e estudar e pretendo fazer um curso de enfermagem que é uma coisa que eu gosto, me identifiquei cuidando de idosos e me aprofundar nessa profissão.

## **RELATO MÁRCIA – 22 ANOS**

Marcia, nasceu em 1997, no interior da Bahia e residia com uma tia. O seu primeiro contato sexual foi com um garoto desconhecido. Aos 13 anos começou a namorar com o pai do seu filho. Com o início do namoro, foi morar com sua mãe, que a repreendia constantemente porque ela “ficava muito com ele e chegava em casa tarde”. Após um tempo, a mãe a expulsou de casa, e Márcia foi morar com o namorado. Então, aos 14 anos ela engravida.

No período da gestação, a mãe a incentivou a fazer um abortamento, por causa da idade. Contudo, nem Márcia nem o namorado queriam abortar, e decidiram levar a gravidez adiante. A mãe só auxiliou no início da gravidez e no período do resguardo:

Quando eu engravidei eu tinha 14 e ele 16, tipo assim quando eu engravidei eu estudava no período a tarde, aí quando eu descobri que tava grávida, minha mãe me aconselhou ir pro EJA para facilitar, só que ao mesmo tempo ela não queria me ajudar, para ficar com ele para eu ir pra escola. Aí eu parei de estudar. (...) Aí depois disso tudo era ele, ele me ajudava muito, as coisas minha mãe nunca se interessou me ajudar em nada.

Após o nascimento do filho, a tentativa de traição do namorado somada às influências da mãe de Márcia para que saísse da casa do namorado, acabaram levando-a a morar com seu avô, juntamente com seu filho que tinha apenas poucos meses de vida.

(...) ai nesse período eu não estudava, aí eu comecei a passar dificuldade, ele queria voltar e eu não queria, teve um período que eu quis voltar pra ele, mas aí ele não quis. Aí tipo depois disso minha mãe não me aceitou na casa dela. Eu já tava com filho, aí eu passei a ficar na casa dos outros. Aí teve um dia que eu fiquei em uma casa que não tinha nada, nada, nada. A vó do meu filho que mandava as coisas pra ele, leite, biscoito essas coisas, mas geladeira não tinha, fogão não tinha, colchão não tinha, só tinha as nossas roupas.

Aos 15 anos de idade, enfrentando dificuldades financeiras e até fome, ela resolveu entregar o filho aos cuidados da avó paterna, pois afirma que a família do ex-namorado tinha mais condições para cuidar da criança. Contudo, hoje ela se arrepende de ter doado o filho.

Márcia encontra-se solteira, mora sozinha, possui a guarda provisória do filho, mas não tem coragem de retirar da avó paterna. Tem medo que o filho sofra, visto que a criança hoje tem 7 anos e mora com a avó e uma tia. Quando engravidou, tinha conhecimento sobre os métodos contraceptivos, mas não fazia uso. É a favor de aula sobre educação sexual nas escolas para sensibilização, e é contra o aborto. Sexualidade para ela é afeto, carinho, atenção e não somente sexo. Hoje ela pretende “terminar os estudos e passar em um concurso público” para ter condições de pegar seu filho de volta.

## DISCUSSÃO

Em todos os relatos é evidente a correspondência realizada pelas entrevistadas entre a gravidez precoce na adolescência e a evasão escolar. Carla e Laura colocaram como prioridade a criação dos filhos, deixando em segundo plano o cuidado de si, só retornando para sala de aula anos depois. Márcia, diante da impossibilidade econômica, entregou o filho aos cuidados da avó paterna e retornou aos estudos mais cedo, comparado à idade das outras participantes.

O relato das entrevistadas aponta que foram insuficientes, à época da gravidez, o acesso às informações a respeito dos métodos contraceptivos e das Infecções Sexualmente Transmissíveis. De acordo com o quadro 1, todas as participantes tiveram sua primeira relação sexual com menos de 18 anos e duas desconheciam os métodos contraceptivos. Segundo Leite (2011, p. 573):

Os fatores que levam a gestação nos anos iniciais da vida reprodutiva são de natureza objetiva e subjetiva sendo os mais elencados: o desconhecimento dos métodos contraceptivos, a dificuldade das garotas em negociar o uso do preservativo, ingenuidade, desejo de estabelecer uma relação mais estável com o parceiro, forte desejo pela maternidade com expectativas de mudanças de “status social”.

As gestações das estudantes ocorreram entre os 14-17 anos, faixa etária onde o corpo e a mente ainda estão em fase de desenvolvimento, e não estão plenamente amadurecidos para conceber um novo ser. Neste estado e neste período da vida, a

presença da rede de apoio torna-se ainda mais imprescindível. Com as entrevistadas, entretanto, isso ocorreu de uma forma totalmente diferente.

Evidencia-se através das participantes a importância de diálogo com os pais. Tanto quem engravidou há 3 décadas quanto quem engravidou na década passada ressalta a importância da criação e manutenção de uma relação de confiança e apoio com os pais – relação essa que fez falta na vida das entrevistadas. Além da falta de informação e orientação dentro de casa, elas também afirmam que as escolas falharam neste sentido, por não realizar educação sexual. Embora haja um movimento progressista que tenha conquistado pequenos avanços neste sentido, dentre eles a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ainda há um movimento de resistência muito forte, uma força conservadora busca não só frear o avanço na discussão em educação sexual voltado para o conhecimento do corpo e suas escolhas sexuais, como fazer retroceder avanços já conquistados. De acordo com Furnaletto et al (2018, p. 5):

(...) no campo político, desde 2004, com o surgimento do movimento “Escola sem Partido”, aproximadamente 60 projetos de lei tramitaram ou tramitam no Congresso Nacional e casas legislativas objetivando impedir a doutrinação política e ideológica de alunos por parte de professores nas escolas. Dentre as solicitações, encontra-se a exclusão dos termos orientação sexual e gênero do Plano Nacional da Educação (PNE) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), esta última homologada em 22 de dezembro de 2017. Tal atitude tem sido repudiada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) por meio da resolução n. 7/2017, da Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2014) e dos Projetos de Lei n. 7180/2014 (SANTANA, 2014) e n. 867/2015 (FERREIRA, 2015).

Nota-se com isso que termos como orientação sexual, gravidez na adolescência, sexualidade precoce, métodos contraceptivos, questões de gênero, abuso, dentre outros, são termos pouco enfatizados nas escolas. Ainda é tabu para muitas famílias e profissionais da educação falar sobre eles, como se conhecê-los e discuti-los fosse um estímulo à hipersexualização dos alunos. Contudo a Organização Mundial de Saúde - OMS e a Educação em Sexualidade –ES (2017) traz que a sexualidade nas escolas é um processo educativo abrangente que visa compreender os conhecimentos, habilidades e valores que capacitem os adolescentes a fazerem escolhas conscientes e responsáveis sobre as suas vivências sexuais e que a escola tem um papel fundamental nesse processo. Para Silva, Brancaloni, Oliveira (2019), com a nova modificação da BNCC a sexualidade estará circunscrita somente às dimensões biológicas, anatomia humana e reprodução humana, vinculando as IST's ao trinômio corpo-saúde-doença, com as conotações de controle de condutas sexuais com vista a diminuição aos problemas relacionados a saúde pública e ao contágio de IST's.

As dimensões psicológica e social da sexualidade humana foram ocultadas nessa nova proposição educacional.

É notório que a escola, a família e o Estado não estão cumprindo, de fato, sua função, conforme apregoa o Artigo 2º da LDB e o Artigo 227 da Constituição (BRASIL, 1988). Ainda hoje existe evasão por ocasionada pela gravidez ou pelas suas consequências. E, independente do fato da escola desenvolver ações de educação sexual, ela deve assegurar a permanência de adolescentes grávidas nos estudos. Silva (2016) ressalta inúmeros fatores que ocasionam a evasão escolar, dentre eles um ensino mal aplicado, repetência de anos letivos, necessidade de optar por estudar ou trabalhar para ajudar no orçamento familiar, e a gravidez precoce. Neste último caso, o autor aponta que a maior parte das jovens pode não ver mais sentido em permanecer na escola devido sua gravidez. A maioria dessas jovens futuras mães evade devido a questões de saúde relacionada a gestação, e outras vezes por causa da falta de disposição em ir à escola, incluindo aí o fator do julgamento moral, que é o receio de receber críticas de colegas e professores. Uma rede de apoio sólida tanto dentro da escola, quanto no seio familiar é um importante fator de proteção que pode auxiliar na redução dos níveis de evasão escolar durante a gravidez.

A fragilidade (ou ausência) da rede de apoio dessas meninas no seio familiar, aparentemente, teve um peso maior na decisão de sair da escola que a própria gravidez. Se, embora grávidas, tivessem com quem deixar os filhos para estudar, ou não precisassem de trabalhar para ajudar no sustento família é possível que tivessem concluído com sucesso sua escolarização. Percebeu-se no relato das entrevistadas que a negligência dos responsáveis legais pelas adolescentes, ou a rigidez moral do contexto da gestante, ou a insuficiência de recursos econômico para todos, ou a ausência de uma figura que orientasse e acompanhasse antes, durante e após a gravidez, inclusive a ausência paterna, apresentaram-se como fatores que contribuíram significativamente para a evasão. Chacham, Maia e Camargo (2012) afirmam que não são incomuns os casos em que o pai é ausente, ou quando presente, também não possui condições econômicas favoráveis para o sustento da nova família que se forma, restando às mães o abandono dos estudos e o ingresso no mercado de trabalho.

Estar grávida de um pai ausente coloca a adolescente em uma situação ainda mais vulnerável quando levamos em consideração a cultura estruturalmente machista na qual estamos inseridos. A desigualdade de gênero, evidenciada pelo modelo patriarcal de família, posiciona o homem como o progenitor e a mulher como responsável pelas atividades domésticas e dos cuidados da prole, onde homens e mulheres não dividem as mesmas

atividades e nem os mesmos direitos, circunscrevendo “as mulheres em um lugar social de subordinação” (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009, p. 626). Mesmo com os avanços sociais conquistados pela luta feminista ao longo dos anos, a mulher desassociada de um homem ainda vem sendo minorizada nos espaços que ocupa, especialmente se esta mulher está grávida e foi negligenciada pelo pai da criança. É como se o valor da mulher estivesse atrelado à assunção ou não deste homem da gravidez e dela própria.

Pôde-se observar que apenas uma das participantes permanece casada com o pai da sua prole. E, embora recebesse apoio da família e do pai da criança para continuar a gestação, não teve apoio para continuar os estudos. As outras duas, contudo, não tiveram apoio da família: ambas foram expulsas de casa pela mãe, sendo que uma delas, após ser expulsa, foi incentivada pela própria mãe a interromper a gravidez. Araújo et al. (2016) corroboram que é na adolescência que incidem as maiores crises familiares, principalmente quando ocorre uma gravidez indesejada. Segundo os autores, em alguns casos, conforme a dinâmica familiar, as adolescentes são levadas à prática do aborto ilegal. Entretanto, levando-se em conta a subnotificação, têm-se maior registro de abortamentos ilegais entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, demonstrando uma exclusão social, racismo estrutural e institucional. Esses fatores contribuem para essas mulheres não serem assistidas diante dos seus direitos como cidadã inserida em uma sociedade.

Apesar de não haver indícios de arrependimento por ter engravidado, os relatos revelam um grau de insatisfação por ter que adiar sonhos relacionados à escolarização. A modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como possibilidade para retomar os estudos e tentar recuperar o tempo passado fora da escola. Cittadin (2016) relata que o sexo feminino busca retornar os estudos e optar por o segmento EJA, com intuito de completar o ensino básico, para futuramente conseguir um emprego, ter um retorno no êxito pessoal, incentivo da família e o exemplo para os filhos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste trabalho foi analisar como alunas da EJA relacionavam sua gravidez na adolescência ao abandono escolar. Compreende-se, que, embora as entrevistadas tenham atribuído a gravidez como causa principal da evasão escolar, uma análise mais apurada revela que existem inúmeros outros problemas e fragilidades que a gravidez só veio deixar mais evidentes.

A proposta deste estudo não foi fornecer respostas generalizáveis sobre a relação

entre gravidez precoce e evasão escolar, mas conhecer a história de mulheres que vivenciaram este fenômeno e propor uma reflexão sobre o futuro das políticas educacionais, posto que cultivamos um modelo de escola que resiste em avançar e insiste em ficar parada no tempo.

Espera-se que este trabalho possa colaborar para redução da evasão escolar derivada da gravidez precoce, por meio da produção de conteúdo de conscientização e sensibilização de discentes que ainda não passaram por essa experiência. Além disso, o material produzido por este trabalho poderá servir de base para futuros projetos escolares, de políticas públicas, e até de políticas socioassistenciais proferindo, tanto no âmbito da educação quanto no âmbito da saúde, articulando temas que perpassem a educação sexual e o planejamento familiar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Aloisio; BRANDÃO, Elaine Reis. **Vulnerabilidade no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde.** Caderno de Saúde Pública, v.14, n.2, p.661-670, 2009.

ARAÚJO, Rayanne Lima Dantas; RODRIGUES, Erta Soraya R. C.; OLIVEIRA, Geane Gadelha; SOUSA, Kilmara Melo de Oliveira. Gravidez na adolescência: consequências centralizadas para a mulher. **Temas em saúde**, v.16, n.2, 2016.

BALLONE, Geraldo. **Gravidez na Adolescência** – in.Psiq, Internet, disponível em: Disponível em < <http://psiqweb.net/index.php/infancia-e-adolescencia/gravidez-na-adolescencia/> >. Acesso em 30 de junho de 2021.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva; AZIZE, Rogério Lopes; HEILBORN, Maria Luiza. Homens jovens e aborto: a perspectiva masculina face à gravidez imprevista. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. Suppl, p. 1-12, 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jun. 2014.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC%20105.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20105.pdf) > Acesso em: 19 de março de 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências**. Vademecum acadêmico de direito Saraiva. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 05 fev. 2021.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara; CAMARGO, Malco Braga. Autonomia, gênero e gravidez na adolescência: uma análise comparativa da experiência de adolescentes e mulheres jovens provenientes de camadas médias e populares em Belo Horizonte. **R. bras. Est. Pop.**, v. 29, n. 2, p. 389-407, 2012

FERREIRA, Izalci Lucas. **Projeto de lei da Câmara nº 867**, de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: fev. 2021

FURNALETTO, Milene Fontana; LAUERMANNII, Franciele; COSTAIII, Cristofer Batista da; MARINIV, Ângela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v.48 n.168 p.550-571 abr./jun. 2018.

GOMES, Vinícius Romagnolli Rodrigues. **Adolescentes na contemporaneidade: desamparo e laços fragilizados em meio aos “ideais” da sociedade de consumo** (Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

GOMES, Willian Barbosa. O critério metodológico da fenomenologia estrutural na análise de depoimentos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 4, n. 1-2, 98- 102, 1989.

GUEDES, Rebeca Nunes; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 625-631, 2009.

HUGO, Tairana Dias de Oliveira; MAIER, Vanessa Teixeira; JANSEN, Karen; RODRIGUES, Cristine Eliane Gomes; CRUZEIRO, Ana Laura Sicca; ORES, Liliane da Costa; PINHEIRO, Ricardo Tavares; SILVA, Ricardo; SOUZA, Luciano Dias de Mattos. Fatores associados a idade da primeira relação sexual em jovens: estudo de base populacional. **Caderno de saúde pública**, v. 27, n. 11, p. 2207- 2214, 2011.

JOUCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. **Entrevista Narrativa**. Em M.W. Bauer Gaskell(Eds), pesquisa qualitativa com texto, e som. Um manual prático. 11 ed. Petrópolis, Vozes, p.90-113, 2013.

LEITE, R.R.Q.F. **Assistência de enfermagem na perspectiva das gestantes adolescentes**. Patos, Paraíba: FIP, 2011.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação**. Revista Percurso, Maringá, v. 4, n. 2 , p. 149-171, 2012.

MOREIRA, Ramon Messias; TEIXEIRA, Sâmia da Costa Ribeiro; TEIXEIRA, Jules Ramon Brito ; CAMARGO, Climene Laura de; OLIVEIRA BOERY, Rita Narriman Silva de. Adolescência e sexualidade: uma reflexão com enfoque bioético. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.61-71, 2013.

OMS. **Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean**. Washington: Report of a technical consultatio, 2017.

UNFPA. “**Situação da População Mundial 2013**”: Relatório do fundo de População das Nações Unidas, p.10, 2013

SANTOS, Vanessa Cruz; DOS ANJOS, Karla Ferraz; SOUZAS, Raquel; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. Aborto no Brasil: impactos da ilegalidade na saúde pública. **Revista eletrônica Gestão &Saúde**, v.04 ,n. 4, p 1527 -1544, 2013.

SILVA, Caio Samuel Franciscati da. BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des) caracterizações. **RIAEE–Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019

SILVA, Maracy Alves. **Dimensões da sexualidade humana**: uma análise dos livros didáticos de ciência. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SILVA, Maria Janoelma França. **Gravidez na adolescência e evasão escolar**. Monografia (o Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo) - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – PB, 2016.

YAZLLE, Marta Edna Holanda Diógenes. **Gravidez na adolescência**. Revista. Brasileira. Ginecol.Obstet.v.2, n.8.Rio de Janeiro.2008.

## **SOBRE OS AUTORES**

**AUTOR 1:** Mestranda em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC), Alegre-ES, rnserafimbio@gmail.com

**AUTOR 2:** Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Vitória-ES, mirianbcz@gmail.com

**AUTOR 3:** Doutorando em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Programa Cognição e Linguagem, Campos dos Goytacazes-RJ, odacyrroberth@gmail.com